



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 28

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. ORDEM DO DIA	4
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA.....	4
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES	4
3. ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2014.....	4
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	4
4.1 Ratificação do Despacho n.º 39/2014 – 11.ª Alteração às Grandes Opções do Plano de 2014 – PPI e AMR	4
4.2 Ratificação do Despacho n.º 40/2014 – 11.ª Alteração ao Orçamento de 2014.....	5
4.3 Fixação da Zona Especial de Proteção (ZEP) da Igreja de S. João Batista, Matriz de Alcochete, da Capela de N.ª Sr.ª da Vida, também denominada “Capela da Senhora da Vida” “(antiga Capela do Espírito Santo) e da Igreja da Misericórdia de Alcochete, sitas na vila de Alcochete, na freguesia de Alcochete	6
4.4 Proposta de classificação da Igreja de S. Brás, sita na vila do Samouco, na freguesia do Samouco, como Imóvel de Interesse Público	8
4.5 Atualização de tarifários do serviço de águas e saneamento para 2015	9
4.6 Eliminação de documentação no Arquivo Municipal	11
4.7 Processo Disciplinar n.º 2/2014	12
4.8 Aceitação de Distrate de Doação a)	13
5. APOIOS FINANCEIROS	14
6. INFORMAÇÕES	14
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE	20
ENCERRAMENTO.....	22

a) Assunto não agendado na Ordem do Dia.

Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, na vila de Samouco e salão da Junta de Freguesia de Samouco, pelas vinte e uma horas, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. Luís Miguel Carraça Franco, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes os senhores vereadores, José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente agradeceu à Junta de Freguesia de Samouco (presidente, tesoureiro e secretário) a cedência do espaço para o atendimento ao público no período da tarde, bem como para a reunião realizada entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia e ainda para a realização da reunião pública.

O senhor presidente propôs a introdução de mais um ponto da Ordem do Dia, o que foi aceite por unanimidade, ficando como ponto 4.8. na Ordem do Dia.

A senhora vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento cumprimentou os autarcas da Junta de Freguesia de Samouco.

O senhor vereador Vasco André Marques Pinto também cumprimentou os autarcas da Junta de Freguesia de Samouco e felicitou-os pela forma meritória como decorreram as comemorações da elevação do Samouco a vila.

B. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €661.440,73 (seiscentos e sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta euros e setenta e três cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres informou que entre os dias 03/12/2014 e 15/12/2014, autorizou o pagamento da despesa, no montante total de €509.847,12 (quinhentos e novel mil, oitocentos e quarenta e sete euros e doze cêntimos) conforme as ordens de pagamento emitidas do número 3242 ao número 3412.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Ata da reunião ordinária realizada em 3 de dezembro de 2014

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata da reunião extraordinária, realizada em 19 de novembro, por unanimidade.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1 Ratificação do Despacho n.º 39/2014 – 11.ª Alteração às Grandes Opções do Plano de 2014 – PPI e AMR

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Pelo Despacho, datado de 9 de dezembro de 2014 foi aprovada a 11.ª Alteração às Grandes Opções do Plano 2014 – Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, cujos documentos se submetem a ratificação da Câmara Municipal, de harmonia com o n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O reforço das despesas correntes e de capital foram para fazer face ao cumprimento de aquisição de bens e serviços, no âmbito da gestão corrente.

Assim, proponho a aprovação referente a esta deliberação.»

Submetido à discussão e votação a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade, bem como anexar os referidos documentos à presente ata como **Doc. 1.**

4.2 Ratificação do Despacho n.º 40/2014 – 11.ª Alteração ao Orçamento de 2014

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Pelo Despacho, datado de 9 de dezembro de 2014 foi aprovada a 11.ª Alteração ao Orçamento de 2014, cujos documentos se submetem a ratificação da Câmara Municipal, de harmonia com o n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O reforço das despesas correntes e de capital foram para fazer face ao cumprimento de aquisição de bens e serviços, no âmbito da gestão corrente.

Assim, proponho a aprovação referente a esta deliberação.»

Submetido à discussão e votação a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade, bem como anexar os referidos documentos à presente ata como **Doc. 2.**

4.3 Fixação da Zona Especial de Proteção (ZEP) da igreja de S. João Batista, Matriz de Alcochete, da capela de N.ª Sr.ª da Vida, também denominada “Capela da Senhora da Vida” “(antiga capela do Espírito Santo) e da igreja da Misericórdia de Alcochete, sitas na vila de Alcochete, na freguesia de Alcochete

Pelo senhor presidente foi prestada a seguinte informação:

«Nos termos do disposto no artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de informar a Câmara Municipal de que:

1. Através da Portaria n.º 47/2014, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 14, de 21 de janeiro, de que se junta cópia, foi fixada a Zona Especial de Proteção (ZEP) da Igreja de São João Batista, Matriz de Alcochete, classificada como Monumento Nacional pelo Decreto de 16 de junho de 1910, publicado no *Diário do Governo* n.º 136, de 23 de junho de 1910, da Capela de Nossa Senhora da Vida, também denominada “Capela da Senhora da Vida” (antiga Capela do Espírito Santo) e da Igreja da Misericórdia de Alcochete, classificadas como Monumentos de Interesse Público pelo Decreto n.º 2/96, publicado no *Diário da República* n.º 56, na 1.º Série-B, de 6 de março de 1996, sitas na vila e freguesia de Alcochete, conforme ofício que me foi remetido, em 25 de novembro de 2014, pelo Exmo. Sr. Diretor-Geral do Património Cultural, Dr. Nuno Vassallo e Silva;
2. Os bens imóveis incluídos na ZEP ficarão abrangidos pelo disposto nos artigos 36.º, n.º 3 do 37.º e 43.º e 45.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, significando que:
 - a. A alienação, a constituição de outro direito real de gozo ou a dação em pagamento dos imóveis dos imóveis classificados, ou que venham a estar em vias de classificação, bem como os imóveis constantes do inventário municipal do património, em sede de PDM, situados na ZEP depende de prévia comunicação escrita à Direção Regional de Cultura de Lisboa e vale do Tejo e à Câmara Municipal;

- b. A transmissão por herança ou legado dos imóveis classificados, ou que venham a estar em vias de classificação, bem como os imóveis constantes do inventário municipal do património, em sede de PDM, situados na ZEP deverá ser comunicada pelo cabeça-de-casal à Direção Regional de Cultura de Lisboa e vale do Tejo e à Câmara Municipal, no prazo de três meses contados sobre a data de abertura da sucessão;
 - c. Os comproprietários, o Estado e o Município gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência em caso de venda ou dação em pagamento de bens classificados ou em vias de classificação ou dos bens situados na respetiva zona de proteção;
 - d. A ZEP é uma servidão administrativa, na qual não podem ser concedidas pelo Município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cêrceas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer favorável da Direção Regional de Cultura de Lisboa e vale do Tejo;
 - e. Todos os projetos de arquitetura referentes a obras de recuperação, conservação, adaptação ou alteração de bens imóveis classificados, de qualquer tipo, localização ou uso, e nas respetivas zonas especiais de proteção são da responsabilidade de arquiteto.
3. No entender da Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo e da Seção do Património Arquitetónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura, as restrições resultantes da aplicabilidade das condicionantes supra expostas, em conjunto com o regulamento do Plano Diretor Municipal de Alcochete, serão suficientes para a salvaguarda dos três monumentos, bem como da sua envolvente construída, abrangida pelo perímetro definido pela ZEP, permitindo regular de forma cuidada a conservação urbana e a evolução/alteração de usos sempre contemporâneos, respondendo às novas

exigências ambientais, de segurança higiene e conforto, das casas e dos habitantes do local. Salvaguardando o contexto arquitetónico de referência, permitindo uma cuidada e contínua reabilitação urbana, e a salvaguarda dos interesses e dos direitos dos particulares.»

A Câmara tomou conhecimento.

4.4 Proposta de classificação da igreja de S. Brás, sita na vila do Samouco, na freguesia do Samouco, como Imóvel de Interesse Público

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Considerando que:

1. O conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do Património Arquitetónico e Arqueológico são objetivos que, desde de longa data, têm sido prosseguidos pelo Município de Alcochete, como atestam os processos de classificação e de fixação da zona especial de proteção (ZEP) da Igreja de São João Batista, Matriz de Alcochete, da Capela de Nossa Senhora da Vida, também denominada “Capela da Senhora da Vida” (antiga Capela do Espírito Santo) e da igreja da Misericórdia de Alcochete, sitas na vila e freguesia de Alcochete, a classificação da Olaria Romana do Porto dos Cacos, sita na Herdade do Rio Frio, como sítio de interesse público (SIP) e a fixação da respetiva ZEP;
2. De acordo com o que dispõem os números 2 e 5 do artigo 15.º da Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e valorização do Património Cultural (LBPC), regulada pela Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, os bens imóveis podem ser classificados como de interesse cultural, de interesse público ou de interesse municipal, sendo que se consideram como de interesse público os bens que representem um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado;

3. Reconstruída no século XVII e de estilo barroco, a Igreja de São Brás, Igreja Paroquial do Samouco, é um dos exemplos do património artístico religioso mais bem conservado da intervenção no outrora território da ordem de Santiago, que se destaca na paisagem urbana da vila do Samouco, constituindo um exemplo da tipologia específica dos templos que a Ordem de Santiago patrocinou durante a primeira metade do século XVIII;
4. Está em causa um imóvel singular que, no domínio histórico e arquitetónico, atenta a caracterização, que se junta em anexo, constitui um testemunho notável de vivências e factos históricos de relevante valor histórico e cultural e de profundo significado para a memória coletiva da freguesia do Samouco e do concelho da Alcochete;
5. Nos termos conjugados dos artigos 25.º e 26.º da LBPC, o impulso, iniciativa e instrução do procedimento administrativo de classificação deste bem imóvel pertence ao Município de Alcochete, sem prejuízo de, até à decisão final, ser ouvida a Junta de Freguesia do Samouco, que já se pronunciou favoravelmente quanto a esta intenção, bem como a Diocese de Setúbal, que, até à data, ainda não emitiu parecer.

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto na alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º e no artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere propor a classificação da Igreja de São Brás, Igreja Paroquial do Samouco, como Imóvel de Interesse Público, nos termos do disposto no decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro e na Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

4.5 Atualização de tarifários do serviço de águas e saneamento para 2015

Pelo senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro foi proposto o seguinte assunto:

«Considerando que:

- A Lei n.º 58/ 2005 (Lei da Água) de 29 de dezembro, no seu artigo 82.º, refere que o regime de tarifas a praticar pelos serviços de águas, visa assegurar tendencialmente e em prazo razoável a recuperação dos investimentos iniciais e futuros;
- A Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, no seu artigo 21.º, estabelece que os preços a fixar pelos municípios relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente, suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens. Dizendo ainda o mesmo artigo que se consideram preços as atividades de exploração de sistemas de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos urbanos, os quais devem ser cobrados nos termos dos regulamentos dos tarifários;
- De acordo com o artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio do Ambiente e Saneamento Básico;
- A referida Lei n.º 75/2013, igualmente estabelece no seu artigo 33.º, n.º 1 alínea e), que é competência da Câmara Municipal fixar os preços da prestação do serviço público pelos serviços municipais;

Pelo exposto, se anexa o tarifário para 2015, que atende ao recomendado pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e ao legislado, visando atingir o equilíbrio financeiro e a recuperação dos investimentos da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão do serviço de recolha dos resíduos sólidos urbanos.

Igualmente, o valor total dos tarifários a aplicar em 2015, no que concerne à receita global prevista, enquadra-se com o plasmado no Plano de Saneamento Financeiro (PSF), deliberado em reunião de Câmara realizada em 10 de julho do corrente ano.

Assim sendo, propõe-se a aprovação do tarifário para o ano 2015, que se anexa.»

Submetido à discussão, a senhora vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento teceu comentários quanto aos sistemas AMARSUL e SIMARSUL quanto ao que levou à sua criação e atual situação e ainda sobre os valores que todos pagam pela prestação dos seus serviços, acrescentando também que apesar de nenhum executivo gostar de aumentar os valores, na verdade têm que o fazer.

Referiu também as exigências da ERSAR, as quais irão dificultar a renovação e ampliação da rede.

Sugeriu ainda que, no próximo ano, aquando da apresentação da proposta para 2016, a mesma fosse instruída com uma informação sobre o tarifário do ano em curso e seguinte, bem como a indicação das percentagens, para melhor apreciação da matéria.

Submetido à votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade, bem como anexar o referido documento à presente ata como **Doc. 3**.

4.6 Eliminação de documentação no Arquivo Municipal

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foi proposto o seguinte assunto:

«Em conformidade com o disposto na Portaria n.º 412/2001, de 17 de abril (artigos 6.º e 7.º) e respetiva tabela de seleção, irá esta Câmara Municipal proceder à eliminação de documentação, cujos prazos de conservação já se encontram prescritos.

É ainda de salientar o facto de este processo (incluindo a elaboração dos respetivos autos de eliminação) ter sido acompanhado pelo Arquivo Distrital de Setúbal, merecendo o seu parecer favorável.

Face ao exposto, proponho a aprovação dos autos de eliminação n.ºs 1, 2, 3, 4 e 5.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

4.7 Processo Disciplinar n.º 2/2014

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foi proposto o seguinte assunto:

«Por despacho do senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro, proferido em 9 de julho de 2014, foi mandado instaurar processo disciplinar a José Joaquim Figueiredo Galvão.

Foram efetuadas todas as diligências que se consideraram pertinentes para a descoberta da verdade, designadamente, inquirição de testemunhas e recolha de prova documental.

O trabalhador foi notificado da acusação, tendo em devido tempo apresentado a sua defesa.

Em 21 de novembro de 2014 foi elaborado o relatório final, que se junta e se dá por integralmente reproduzido, no qual se conclui que os factos apurados praticados pelo trabalhador constituem infração disciplinar por violação, por negligência do dever de zelo.

Atenta ao teor do referido relatório, propõe-se aplicação da pena de Repreensão Escrita, prevista no artigo 9.º da alínea a) do Estatuto Disciplinar, Lei n.º58/2008, de 9 de setembro.

De acordo com o n.º 4 do artigo 14.º, a competência para aplicação das penas previstas no Estatuto Disciplinar, aos trabalhadores e agentes, é do órgão executivo da autarquia.

Assim sendo, propõe-se que o executivo municipal aprove a aplicação da pena de Repreensão Escrita ao trabalhador desta Câmara Municipal, José Joaquim Figueiredo Galvão, em funções da Divisão de Ambiente, Obras Municipais e Logística, na categoria de Assistente Operacional (motorista).»

Submetido à discussão e votação por escrutínio secreto, o assunto proposto foi aprovado com 7 votos a favor, ficando o referido relatório final anexo a esta ata como **Doc. 4**.

4.8 Aceitação de Distrate de Doação a)

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foi proposto o seguinte assunto:

«Por escritura de 9 de novembro de 2000, o Município de Alcochete doou à Associação denominada Rancho Folclórico “Os Camponeses” de São Francisco, um lote de terreno do Município, com a área de mil metros quadrados, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 792.º da freguesia de São Francisco, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcochete sob o número 239/17 05 00.

Aquele lote de terreno destinava-se à construção da sede social da referida Associação, o que atualmente se torna desnecessário pela circunstância de ter sido cedida pela Câmara Municipal a utilização da Cantina da Escola Primária – para além de que não tem a Associação, em absoluto, capacidade financeira para avançar com a obra.

Nestas circunstâncias, deliberou a Associação proceder ao distrate da escritura de doação supra identificada, no sentido de devolver o prédio ao património do Município.

Assim, proponho:

Que nos termos do disposto no disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, se proceda à aceitação do distrate da doação do prédio supra identificado.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

5. Apoios Financeiros

Não foram apresentadas quaisquer propostas.

6. Informações

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foram prestadas as seguintes informações:

1 – Ementas Escolares

«O Setor da Educação e da Saúde, da Câmara Municipal de Alcochete, tem acompanhado as preocupações da Organização Mundial de Saúde (OMS), no que respeita à promoção de hábitos de alimentação saudável nas diferentes etapas da vida.

Neste sentido, e em parceria com o Agrupamento de Centros de Saúde do Arco Ribeirinho (ACS do Arco Ribeirinho), o Município de Alcochete elaborou novas

ementas escolares, com base nos critérios de uma alimentação saudável para crianças e nas orientações do Ministério da Educação da Saúde.

A elaboração das ementas foi desenvolvida em várias fases:

- Inicialmente foram elaboradas pela nutricionista do ACS do Arco Ribeirinho, Dra. Sofia Martins, quatro ementas semanais que foram, posteriormente, consensualizadas com as cozinheiras dos refeitórios escolares.
- Numa segunda fase foram realizadas reuniões em todas as freguesias, com pais e professores, para apresentação do projeto, normas do Ministério da Educação e princípios básicos de uma alimentação saudável e solicitada a participação dos pais na elaboração de mais duas ementas semanais, através de sugestões enviadas por correio eletrónico até ao dia 30 de outubro de 2014.
- Depois de rececionadas as sugestões, foram elaboradas duas novas ementas semanais, estando atualmente em vigor seis ementas semanais sob a supervisão da nutricionista do ACS do Arco Ribeirinho.

Em complementaridade com estas alterações, existe todo um esforço da autarquia e da comunidade educativa no desenvolvimento de projetos promotores de hábitos de alimentação equilibrada.»

A Câmara tomou conhecimento.

2 – Reforço de Cabazes de Natal

«Face às crescentes dificuldades socioeconómicas com que as famílias e as entidades que lhes prestam apoio se deparam, nomeadamente no que respeita à ajuda alimentar, a Câmara Municipal de Alcochete, mais uma vez, procurou contribuir para o reforço dos géneros alimentares doados em dezembro, pelos grupos sócio caritativos de Alcochete, Samouco e Cáritas da Atalaia, adquirindo 109Kg (546 postas) de bacalhau em parceria com a *Riberalves*, empresa que também se associou a esta causa.

Associaram-se, ainda, a esta iniciativa o Clube Motard de Alcochete, que ofereceu 111 garrafas de azeite, o Colégio Penas Real que ofereceu 96 garrafas, para completar o apoio alimentar a 204 famílias do concelho, procurando dignificar a sua ceia de Natal.»

A Câmara tomou conhecimento.

3 – Doação de 10 pares de óculos e 20 armações

«No âmbito do protocolo estabelecido com a *Multiopticas Grandvision*, foi efetuada uma oferta de 10 pares de óculos e 20 armações, destinados a munícipes do concelho com fragilidades socioeconómicas.

A Câmara Municipal de Alcochete – Sector de Desenvolvimento Social e Saúde e o Centro Comunitário “Cais do Sal” efetuaram a identificação e seleção do referido grupo. Para tal, tiveram em conta os rendimentos dos agregados, cujos montantes não ultrapassavam o valor Indexante do Apoio Social (IAS), isto é, o valor de €419,22 (Lei n.º 53B/2006, de 29 de dezembro).

Na primeira fase foi efetuado um rastreio visual, realizado por uma técnica de optometria, para avaliação do problema. Numa segunda fase serão entregues as armações e lentes gratuitas.

A colaboração irá manter-se no próximo ano, de acordo com as necessidades que venham a ser sinalizadas e disponibilidade da empresa.»

A Câmara tomou conhecimento.

4 – Torneio de abertura de atletismo da península de Setúbal

Realizou-se no dia 6 de dezembro de 2014, no Parque Desportivo do Valbom, o Torneio de Abertura de Atletismo da Península de Setúbal, organizado pela DSRLVT.

Participaram nesta iniciativa 237 alunos, em representação de 15 escolas do distrito de Setúbal.

O nosso município deu o seguinte apoio logístico:

- Parque do Valbom
- Aparelhagem sonora
- Materiais desportivos
- Instalações do Pavilhão de Alcochete

A Câmara tomou conhecimento.»

5 – Corrida Solidária

No passado sábado, dia 13 de dezembro de 2014, realizou-se no Samouco a Corrida/Caminhada Solidária promovida pelo Centro Sócio Caritivo da Paróquia do Samouco.

Participaram, ainda, na organização desta iniciativa a Junta de Freguesia do Samouco, Câmara Municipal de Alcochete, Associação Desportiva Samouquense, Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense, Associação dos Reformados Samouco, Associação de Festas, Agrupamento de Escuteiros do Ar; Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete, Guarda Nacional Republicana e alunos do curso Profissional de Apoio à Gestão Desportiva.

Integrado nas comemorações do 10.º aniversário da elevação do Samouco a vila, esta iniciativa contou com mais de 200 participantes.

Recolheram-se mais de 340 kg de alimentos, que irão ser distribuídos pelas famílias carenciadas da freguesia.

Todos os participantes na iniciativa consideraram a mesma exemplar, dada a forma como tudo decorreu.»

A Câmara tomou conhecimento.

6 – Programa Alcochet’Aventura

«No passado domingo, dia 14 de dezembro de 2014, a Divisão de Desporto, Juventude e Movimento Associativo, levou a efeito as atividades de encerramento do Programa Alcochet’Aventura 2014.

Com a realização de duas modalidades (passeio pedestre e BTT), os cerca de 80 participantes levaram a bom porto os percursos trilhados, se bem que a chuva do sábado anterior, tivesse obrigado a alterações pontuais no trajeto inicialmente previsto.

O almoço, que encerrou o programa, decorreu em ambiente de grande cordialidade, tendo os inscritos felicitado a Câmara Municipal de Alcochete por esta iniciativa desportiva.»

A Câmara tomou conhecimento.

7 – Gala patinagem

«O Futebol Clube de S. Francisco, em colaboração com a Câmara Municipal de Alcochete, participou na organização da Gala de Patinagem da Associação de Patinagem de Setúbal, que decorreu no dia 13 de dezembro de 2014, no Pavilhão Municipal do Samouco.

Cerca de 400 atletas, representando 16 clubes do distrito, tornaram inesquecível uma tarde de cor, alegria, beleza, juventude e grande espetacularidade, dada a enorme qualidade demonstrada por todos os participantes, atletas, técnicos e dirigentes.

Durante mais de seis horas o público (cerca de mil assistentes) deliciou-se com o programa apresentado, numa iniciativa que foi, sem dúvida, das mais participadas e presenciadas no Pavilhão Municipal, na freguesia do Samouco.

A Câmara Municipal de Alcochete esteve representada, desde a abertura até ao encerramento da iniciativa, pela senhora vereadora Susana Custódio e pelo senhor vereador Jorge Giro que, no final da iniciativa, ofereceram uma litografia a todos os clubes participantes e uma serigrafia à Associação Portuguesa de Patinagem.

A autarquia congratula-se pelo trabalho efetuado pelo Futebol Clube de São Francisco e deseja novos êxitos na modalidade da patinagem, tão bem representada pelas suas classes, na referida Gala da Associação de Patinagem de Setúbal.»

A Câmara tomou conhecimento.

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foram prestadas as seguintes informações:

1 – Feira de artesanato e doçaria de Alcochete – Jardim d’Arte 2014

Nos dias 6, 7 e 8 de dezembro a Câmara Municipal de Alcochete, com o apoio do Centro de Emprego e Formação Profissional, realizou a Feira de Artesanato e Doçaria de Alcochete – Jardim d’Arte, no Largo de São João, em Alcochete.

O evento, dinamizado e assegurado pelo Posto de Turismo de Alcochete, contou com a presença de vinte e cinco artesãos e produtores locais que promoveram o artesanato e a doçaria através da exposição e venda. Para além da exposição e venda de produtos de cariz artesanal, o evento contou com a seguinte programação:

Animação de rua:

Associação GilTeatro | Dias: 6, 7 e 8 de dezembro | Horas: 10h00 às 18h00

Hora do conto:

A atividade de animação da leitura, realizada pela biblioteca de Alcochete, centrou-se em reportório bibliográfico sobre o tema “Natal”.

Dias: 6 e 7 de dezembro | Horas: 11h00 e 15h00 | Local: Galeria Municipal, no edifício dos Paços do Concelho

Públicos: 187 | Grau de satisfação: adultos - 94% satisfação +; crianças - 100% satisfação +

Música tradicional:

Grupo Gerações da Escola de Música “O Artesão do Som” | Dia: 7 | Hora: 16h00»

A Câmara tomou conhecimento.

2 – Encontro de Emprego Apoiado – Conversas sobre inclusão

«No passado dia 3 de dezembro, a CERCIMA promoveu o “Encontro de Emprego Apoiado” com o intuito de partilhar experiências de inclusão profissional, potenciando a empregabilidade na comunidade local, e onde foram entregues certificados a formandos e certificados de responsabilidade social.

Neste encontro, a Câmara Municipal de Alcochete, entre outras entidades dos concelhos de Alcochete e do Montijo, foi galardoada com a entrega do Certificado de Responsabilidade Social pelo acolhimento de Fábio Miguel Ribeiro Oliveira, no Setor de Espaços Verdes e Higiene Urbana da Divisão de Ambiente, Obras Municipais e Logística, resultado da assinatura, em 2014, do protocolo sobre formação em contexto de trabalho, no âmbito da medida de qualificação de pessoas com deficiência e incapacidades.

Com este projeto, a Câmara Municipal de Alcochete fomenta o desenvolvimento e a valorização de parcerias que permitem apoiar a integração dos cidadãos com deficiência no mundo do trabalho, através da assimilação de novos conhecimentos e competências, mas também estimula a criação de novas consciências sobre as verdadeiras potencialidades dos cidadãos com deficiências.»

A Câmara tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registaram-se as seguintes intervenções:

Sr. João Valle, que se congratulou com a colocação do resguardo para peões, junto ao posto de combustíveis da REPSOL, em Alcochete, e desejou e retribuiu as Boas Festas.

Sr. António Almeirim, presidente da Junta de Freguesia de Samouco, referindo ser a Junta de Freguesia quem agradece a prática de democracia, apenas lamentando a ausência de muitos munícipes nas reuniões.

Salientou algumas iniciativas promovidas pela junta de freguesia, nomeadamente, a Prova Solidária e a Sessão Solene, entre outras, a propósito das comemorações da elevação do Samouco a vila.

Afirmou que lhe agradou ouvir que a classificação da Igreja de S. Brás do Samouco está em bom caminho para sua concretização.

Informou que, durante o dia, os membros da junta de freguesia se deslocaram aos estabelecimentos de ensino, bem como a outras instituições do concelho, para ofertar livros.

Solicitou o apoio da Câmara, no sentido de encontrar solução para a atividade de apanha da amêijoa no rio, porque se torna necessário regulamentá-la, dado o grande número de pessoas que a praticam e, também, porque alguns acabam por vandalizar os espaços e equipamentos públicos na envolvência da praia. A junta de freguesia já enviou ofícios ao Ministério e ao Porto de Lisboa relativamente a esta matéria, mas não foi obtida nenhuma resposta.

Desejou Boas Festas, em nome do executivo da junta de freguesia.

O senhor presidente da Câmara informou que irá tentar sensibilizar, quer o senhor Secretário de Estado, quer a Administração do Porto de Lisboa, para a situação.

Referiu que, também em Alcochete, se registam atos de vandalismo e de falta de cumprimento do Código da Estrada no acesso ao cais, por parte de pessoas que se dedicam a esta atividade.

A terminar, desejou a todos um Santo Natal e um Ano Novo com muita felicidade e saúde, o que também foi reiterado por todos os senhores vereadores.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 22:30 horas, o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.